

Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

O presente texto dá continuidade à reflexão que vimos desenvolvendo sobre a reestruturação socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro. Procuramos aprofundar as idéias apresentadas em texto anterior (Ribeiro, 1996), examinando as relações entre a crise social e o processo de desindustrialização regressiva vivido pela metrópole fluminense e os seus efeitos sobre a estrutura social e a governança urbana. Retornaremos aos três pontos que examinamos, a saber: (i) a tendência regressiva da estrutura social; (ii) a emergência de novos padrões de segregação socioespacial, marcados pela proximidade física e pela distância social; (iii) finalmente, a fragmentação do espaço social como consequência de uma crescente dessolidarização entre os segmentos que formam a nova elite, cada vez mais coesa e organizada e o mundo caleidoscópico das camadas populares.

O aprofundamento da reflexão sobre esses pontos torna-se fundamental diante de recentes resultados de pesquisas (Veltz, 1996) constatarem que as metrópoles ainda podem ser o *locus* preferido para a localização das grandes empresas, apesar dos seus custos adicionais em relação às pequenas cidades, desde que ofereçam não apenas economias externas na forma de infra-estrutura, mas, sobretudo, condições econômicas, sociais, políticas e culturais que minimizem os riscos da economia globalizada e submetida à competitividade sistêmica. Neste sentido, ganha importância a trajetória histórica assumida por cada metrópole na crise do modelo de desenvolvimento anterior à globalização, na medida em que as tendências históricas à marginalização e à fragmentação podem ter impactos

negativos sobre os fatores centrais daquelas condi es, tais como confiança, co-opera o e solidariedade.

Começamos o presente texto pela sistematiza o de duas controvérsias que nos parecem centrais   constru o do quadro analítico necessário   nossa reflexão, sem pretensões, no entanto, de realizar uma revisão bibliográfica. De um lado, a que aparece na literatura internacional sobre as tendências de transforma es sociais das chamadas *global cities*. De outro, o debate em torno da marginalidade urbana, pol mica que centralizou nos anos 60 e 70 a discussão sobre a natureza e as condi es históricas do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e na América Latina. Na segunda parte, procuramos utilizar as conclusões dessa sistematiza o no exame de alguns resultados preliminares da pesquisa (Finep/BID, 1995) que realizamos sobre as transforma es da estrutura socioocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro, durante a década de 80, análise realizada com base nos dados dos censos demográficos de 1980 e 1991. Examinamos também as tendências de segrega o e segmenta o, utilizando, para tanto, alguns indicadores sociodemográficos. Por último, como conclusão e contribui o ao debate, voltamos ao tema dos efeitos desses processos na governabilidade democrática da metrópole fluminense.

As grandes cidades na globaliza o: dualiza o da estrutura social?

Os debates em torno do conceito de *global cities* vêm ocupando lugar de destaque na reflexão sobre os efeitos da globaliza o da economia urbana na estrutura socioespacial e na organiza o política das cidades. As pesquisas e reflexões sobre esse tema expressam a pol mica em torno do chamado paradigma de p s-industrializa o (Castells, 1989; Sassen, 1991). Algumas análises sobre Nova Iorque, Londres e Tóquio, consideradas como exemplos de *global cities*, têm servido para afirmar a tendência   diminui o das categorias profissionais m dias, inclusive dos operários qualificados, em fun o da substitui o do setor industrial pelo dos novos serviços produtivos, como centro do dinamismo da nova economia urbana. A globaliza o levaria   transforma o do papel das cidades, que passariam a integrar as redes da economia mundo; mudaria a divisão social e espacial do trabalho, com o declínio da atividade industrial e a expansão do setor terciário, em particular das atividades financeiras e dos "serviços produtivos". A consequência desse conjunto de transforma es seria a gera o de uma nova estrutura social,

caracterizada pela expansão das camadas superiores e inferiores da hierarquia social e pela concentração da renda, ao mesmo tempo em que se contrai o peso das camadas médias.

Essa tendência à dualização da estrutura social também contribuiria para o surgimento de fortes polarizações espaciais, por meio da apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo de luxo, o que tem sustentado o surgimento de uma vasta literatura sobre temas como *Dual City* (Mollenkopff e Castells, 1992), *Quatered City* (Marcuse, 1989), *Divided Cities* (Fainstein, Gordon e Harloe, 1992).

Em resumo, a globalização das economias urbanas levaria a uma estrutura social bimodal, tanto em termos da composição socioprofissional quanto da distribuição da renda (Marcuse, 1989). O principal mecanismo de operação dessa transformação é a segmentação do mercado de trabalho, que passa a se caracterizar pela mistura de um pequeno número de empregos altamente qualificados e bem pagos, e um vasto e heterogêneo conjunto de ocupações de baixa qualificação e mal remuneradas. O primeiro segmento seria a consequência do novo papel de articulação das *global cities* na rede da economia mundial, fazendo surgir novos serviços financeiros e técnicos. O segundo seria o resultado do aumento da demanda por serviços pessoais (domésticos, reparação, conservação, higiene, alimentação, etc.) gerada com a emergência e expansão das camadas de alta renda e, ao mesmo tempo, pela degradação das condições de emprego no remanescente setor industrial.

Essa tese não é, entretanto, consensual no mundo acadêmico internacional. Entre aqueles que não aceitam integralmente o paradigma da pós-industrialização, o fato das atividades mais globalizadas representarem uma pequena parcela do emprego urbano torna necessário relativizar a hipótese da dualização socioespacial como tendência inexorável da globalização. Estudos sobre as transformações da economia de Paris (Pretecceille, 1988, 1993) e de Londres (Hamnett, 1995) justificam a adoção de tal precaução, pois constatam que as mudanças da estrutura socioespacial não tendem a uma oposição binária ricos-pobres, ainda que os contrastes físicos e espaciais, expressando as diferenças sociais, estejam cada vez mais exacerbados. Em lugar da polarização é detectado o “crescimento das categorias terciárias qualificadas”, não havendo nenhum sinal de bipolarização, já que as categorias superiores crescem regularmente, tanto em termos absolutos quanto relativos, ao mesmo tempo em que diminuem as categorias de empregos pouco qualificados. Por outro lado, se os espaços exclusivos das categorias sociais abastadas são evidentes, a diversidade da estrutura social e a complexidade de sua

distribui o espacial continuam em crescimento. Esses estudos, portanto, apontam para a dificuldade de se admitir de maneira inequívoca que as mudanças econ micas e sociais induzidas pela globaliza o sejam inequ vocamente de aumento (ou mesmo diminui o) da segrega o urbana.

Tal conclusão, no entanto, não   contraditória com a hipótese de aumento das desigualdades em termos de renda. As pesquisas sobre Paris e Londres constata[m], com efeito, o importante crescimento do número de ocupa o[es] de alta qualifica o, especialmente nos serviços produtivos e financeiros, engendra a amplia o da polariza o na distribui o da renda, sem que necessariamente tenha diminuido a renda das categorias inferiores. Tratar-se-ia de uma tendência diretamente gerada pelas mudanças da estrutura produtiva dessas cidades e de suas consequências no mercado de trabalho. Os autores mencionados têm insistido, porém, sobretudo para o caso de Londres, que esse tipo de polariza o tem também como causa a redu o dos impostos incidentes sobre os altos salários e as rendas e a amplia o limitada da ajuda pública ao desemprego e às categorias de baixa renda. Eles chamam ainda a aten o para as modifica o[es] da estrutura da distribui o de renda, ocasionadas pelas mudanças demográficas que fizeram crescer o número de famílias de uma só pessoa, especialmente entre as categorias superiores de renda.

Além da pol mica sobre o papel da globaliza o da economia urbana na explica o das transforma o[es] socioespaciais em curso nas grandes cidades dos países centrais, a literatura internacional também registra o debate a respeito da pertinência das classes sociais na compreensão dos mecanismos de segrega o urbana. Alimenta esse debate a controvérsia sobre a vigência da teoria marxista das classes diante da emergência de novas clivagens e de novos mecanismos *produtores* de desigualdades. Nela podemos identificar duas grandes famílias de formula o[es]. A primeira, cujo traço comum   a afirma o do papel secundário da economia na estratifica o social, reunindo, de um lado, neoweberianos e adeptos do pensamento de Pierre Bourdieu, e de outro autores que adotam a hipótese de que a longa dura o da situa o de extrema desigualdade a que estão submetidos determinados segmentos sociais cria os * clus* (Castells, 1995) ou os *urban underclass* (Wilson, 1987), categorias não assimiláveis às classes sociais. A segunda família, inversamente, agrupa autores que examinam as transforma o[es] econ micas a partir das categorias teóricas marxistas ou dos conceitos da escola da regula o e afirmam a pertinência das classes e seus conflitos na explica o da nova formata o da acumula o gerada pela crescente financeiriza o e globaliza o da economia.

Esse debate tem impulsionado o surgimento de muitas pesquisas empíricas na sociologia urbana, algumas comparativas, no plano internacional, orientadas pelo objetivo de testar algumas das hipóteses presentes nesse debate. Tem-se utilizado, para tanto, as categorias socioprofissionais existentes em cada sistema nacional de estatísticas para avaliar em que medida a trajetória de mudança das estruturas sociais das grandes cidades vai na direção de um modelo renovado de classes ou, ao contrário, anuncia a emergência de uma sociedade dividida entre ricos e pobres, integrados e excluídos, realização perversa da *sociedade de massas* prevista pelos adeptos do paradigma da pós-industrialização.

O balanço (Preteceille, 1996) do conjunto dessas pesquisas ainda não permite conclusões definitivas e, tampouco, generalizáveis, mas o confronto dos resultados tem suscitado novas perspectivas analíticas e novos temas que, certamente, enriquecem o debate sobre as classes sociais. Parece-nos particularmente interessante a concepção da dualidade como processo, em vez de estado, o que significa admitir o princípio da pluralidade de dinâmicas transformadoras da estrutura social, entre as quais se estabelece uma totalidade estruturada a partir das classes sociais. Como veremos a seguir, essa perspectiva analítica é bastante similar à adotada por algumas vertentes teóricas presentes no debate dos anos 70 sobre a marginalidade urbana. Por outro lado, o tema da fragmentação das identidades sociais coletivas gerada pelas novas formas e mecanismos da segregação urbana, recoloca em terreno teórico e analítico mais fértil o debate, já que permite sair do dilema essencialista do desaparecimento ou não das classes e passar a discutir sobre o novo papel da cidade na destruição/reconstrução das condições objetivas e subjetivas que permitem/impedem as transformações das classes em atores sociais e políticos.

Como é conhecido, no passado, tivemos exemplos de situações nas quais a segregação socioespacial gerou bloqueios à constituição da classe operária, na medida em que consolidou identidades fragmentadas territorialmente, como mostrou Katznelson (1981) para os Estados Unidos. Outros resultados de pesquisa indicam, porém, o contrário, ou seja, que a segregação socioespacial influenciou positivamente na formação da identidade da classe operária parisiense, como concluem os trabalhos de Jean-Paul Brunet (1979) e Annie Fourcaut (1986). Os estudos contemporâneos sobre Nova York (Mollenkopff e Castells, 1992) sugerem que as desigualdades socioespaciais reforçam as tendências à fragmentação das identidades sociais, cujo resultado é o contraste entre a capacidade de organização – coesão social – dos altos executivos e a dispersão dos grupos sociais restantes, em função da etnia, do gênero e da ocupação. Por esse motivo, o poder é contro-

lado por uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestrutura o urbana na área central, aprofundando a segregac o socioespacial. Essas referências indicam que os efeitos da segregac o socioespacial sobre a estrutura social e os processos de forma o dos sujeitos coletivos atuam pela intermedia o de fatores histórico-políticos.

As grandes cidades na periferia da globaliza o

O debate analítico exposto tem interesse particular na reflexão sobre as trajetórias possíveis das metrópoles dos países que, formando a periferia do capitalismo, desde a Segunda Guerra Mundial experimentaram um intenso e sustentado processo de industrializa o dinamizado pelo movimento de internacionaliza o da economia e cuja característica principal   a combina o de crescimento e aumento das desigualdades sociais. Alguns autores (Fiori, 1995; Coutinho, 1995), ao examinarem as novas dinâmicas econ micas subjacentes   globaliza o, identificam movimentos de reorganiza o da hierarquia dos espaços econ micos e de transforma o das históricas desigualdades sociais, em exclusão de segmentos sociais, regiões, cidades e territórios.

Será, então, que a globaliza o estaria implicando em mudanças econ micas e sociais que atualizam o “velho debate sobre a marginalidade”? Não pretendemos, nos limites do presente texto, responder a esta pergunta. Gostaríamos, tão-somente, de sintetizar as principais constata es empíricas sobre as transforma es econ micas e sociais ocorridas durante o período dos “trinta anos gloriosos” e que serviram de base para a rejei o no plano teórico do conceito de marginalidade urbana. A nossa *re-leitura* será duplamente *selecionada*: primeiro, vamos nos centrar em alguns poucos autores do debate brasileiro; segundo, vamos nos ater   controv rsia¹ sobre as tendências   forma o da estrutura de classes com o desenvolvimento do capitalismo industrial em situa o de dependência.

O debate propriamente acad mico sobre as possibilidades da forma o de uma sociedade de classes no Brasil começa nos anos 50, sob a égide de uma nova sensibilidade engendrada pelos impactos das primeiras transforma es econ micas e sociais suscitadas pelo início de nossa industrializa o. As já evidentes diferenças regionais conduzem   produ o e dissemina o da imagem dos “dois Bras s”, em que uma imensa parte da sociedade continua a se estruturar por princípios tradicionais de família, sexo, parentesco, prestígio local, enquanto outra parte se transforma crescentemente em urbano-industrial, portanto organizando-se por

diferenciações geradas por uma estrutura complexa de classes. Embora objeto de intensas críticas, a imagem de uma sociedade dualista torna-se um paradigma a partir do qual o pensamento sociológico examina as transformações sociais produzidas pela industrialização e os seus limites e suas possibilidades históricas e estruturais para ensejar uma sociedade moderna de classes. Juarez Brandão Lopes foi um dos primeiros sociólogos a se interrogar se

a transformação em curso no Brasil como processo de constituição de uma sociedade urbano-industrial, à semelhança da existente nos países capitalistas adiantados. Tudo indica que a industrialização dependente dos países periféricos conduz à formação de uma sociedade urbano-industrial na qual modernização e marginalização caminham de mãos dadas. (1972, p. 109)

Em trabalho pioneiro sobre os operários fabris, Juarez Brandão conclui que as transformações sociais provocadas deixa inacabada a estrutura moderna de classes, já que

justapõe camadas em via de desaparecimento, baseadas em condições objetivas e subjetivas do passado, a outras ainda não completamente formadas. (1964, p. 182)

Cardoso e Reyna (1967), avaliando as mudanças em curso na estrutura ocupacional e na estratificação social dos países da América Latina do pós-guerra, identificam a coexistência de tendências duais de integração/diferenciação e marginalização/homogeneização. Não obstante a constatação do processo dual no que concerne à formação da estrutura social, os autores rejeitam a hipótese de uma sociedade dual, na qual haveria uma ruptura entre os dois pólos. Identificam, ao contrário, a existência de relações econômicas, sociais e políticas entre os segmentos integrados e marginalizados, que os tornam integrantes de um mesmo sistema social. Com efeito, em decorrência das condições históricas do desenvolvimento dos países da América Latina, o *pólo policlassista*, ao mesmo tempo que marginaliza, permite a mobilidade das antigas oligarquias tradicionais que se transformam em segmentos da moderna elite dirigente da sociedade urbano-industrial, ao mesmo tempo que exerce formas de controle social sobre o *pólo de massa*, onde jogam papel estratégico as orientações e formas de organização políticas tradicionais, mantidas apesar da industrialização e da urbanização, e a difusão da esperança de ascensão social, especialmente na cidade².

A imagem resultante da análise é bem próxima daquela presente em alguns estudos que adotam a hipótese da *global city*: uma dinâmica social dualizada por processos que integram os segmentos que ocupam as altas posições na estrutura social, ao mesmo tempo que fragmentam os estratos baixos³. Várias análises empíricas realizadas para o período posterior a 1950 demonstram, porém, o equívoco

dessa análise. A industrializa o e a urbaniza o dos países da América Latina foram capazes de criar uma dinâmica social altamente integradora (Faria, 1986), marcada por forte mobilidade social (Pastore, 1979). A estrutura social herdada das fases anteriores   industrializa o se complexifica, na medida em que produz diversifica o de interesses⁴. Tal fato teria tido, contudo, pouco impacto na conforma o de uma arena política correspondente a uma sociedade de classes, em razão da existência de contratendências que bloquearam a constru o de conflitos que expressassem a diversifica o da estrutura social, tais como: o autoritarismo, dificultando a organiza o social e política; o “arrocho salarial”, gerando uma clivagem entre “ricos e pobres”, entre “governo” e o “povo”; a amplia o considerável dos meios de comunica o de massas, impedindo a forma o de consciências sociais fundadas na diferencia o social, produzindo “consensos superficiais e oscilantes, t picos de uma sociedade de massa” (Faria, 1986, p. 99).

Em que medida a crise econ mica iniciada no final dos anos 70 e aprofundada nos 80 recoloca a pertinência desse debate? Por outro lado, ao examinarmos a literatura internacional, constatamos que as tendências   marginaliza o e dualiza o geradas pela globaliza o não são unívocas, já que sua vigência depende da interven o de fatores políticos que em cada sociedade e cidade organizam a regulam a trajetória de incorpora o do novo modelo de produ o e distribui o, assim como a inser o na competitividade global. Ora, entre nós, a crise do modelo de desenvolvimento instaurado no pós-guerra tem produzido efeitos regressivos sobre o mercado de trabalho e a distribui o da renda, que, combinados com aqueles ocasionados no sistema produtivo pela política de “ajustamento passivo” (Fiori, 1995, p. 169) e suas consequências na estrutura ocupacional, poderão levar   regressão da estrutura social. Nesse sentido, renasce o interesse de reexaminar a hipótese da sociedade dualizada por duas dinâmicas de estrutura o, tendendo a reproduzir os p los policlassista e de massa.

Um caminho interessante nessa dire o   o sugerido por Farias (1986) ao analisar as respostas do mercado de trabalho   crise dos anos 80, em termos de desemprego aberto ou re-informaliza o da economia. Partindo do princípio de que o avanço das rela oes capitalistas de produ o tem como contrapartida a substitui o das atividades informais por organiza oes capitalistas (por exemplo, as vendinhas e pequenas lojas substituídas por supermercados e lojas de departamento), a crise deve expressar-se mais fortemente pelo desemprego aberto do que pela re-informaliza o, especialmente onde se concentrou o desenvolvimento industrial. Ao testar essa hipótese para as regi oes metropolitanas, assumindo como indicador de informaliza o a propor o de pessoas ocupadas que contribuem para a previd n-

cia e a proporção de pessoas ocupadas que têm a carteira de trabalho assinada, Faria registra a existência de respostas heterogêneas em razão do maior ou menor grau de industrialização das metrópoles. Em duas, porém, os comportamentos do desemprego e da informalização revelam situações específicas: em Salvador, o grau de formalização extremamente elevado resulta dos especiais efeitos do pólo petroquímico no emprego e na estrutura ocupacional; no Rio de Janeiro, por sua vez, segunda metrópole do núcleo de desenvolvimento do capitalismo industrial, a resposta do mercado de trabalho tem sido mais acentuadamente a re-informalização, fato revelador dos limites da industrialização fluminense.

A desindustrialização regressiva do Rio de Janeiro

A crise econômica dos anos 80 tem repercussões específicas no Rio de Janeiro, em razão da sua economia estar há alguns decênios em decadência estrutural, cuja principal causa está no fato de ter sido historicamente depositária dos setores que se tornaram sucessivamente obsoletos no decorrer das revoluções industriais, apropriar-se dos setores de ponta de bens de consumo duráveis que se concentram em São Paulo, o que levou à instauração de uma estrutura industrial dinamizada apenas pelo mercado local. Por esta razão, a dinâmica econômica do Rio de Janeiro sempre foi dependente do comportamento do setor terciário local, formado por um segmento moderno (financeiro, informática, comércio), por outro tradicional, de serviços pessoais, e das variáveis macroeconômicas que influenciam os movimentos da massa salarial.

Qual tem sido o impacto sobre o emprego e a estrutura ocupacional? Os resultados preliminares da nossa pesquisa revelam que entre os anos 1980 e 1995 o Rio de Janeiro continua apresentando uma das menores taxas de desemprego aberto entre as principais regiões metropolitanas do país. Tomando os anos 90 para exemplificar, enquanto a taxa anual média de desemprego metropolitano oscilou entre 4,81% em 1991 e 5,42% em 1996, no Rio de Janeiro a variação esteve entre 3,54% e 3,67%.

Por outro lado, a economia metropolitana fluminense vem historicamente apresentando sinais de uma terciarização deformada por não refletir o avanço de uma divisão social do trabalho, nem em nível metropolitano e tampouco regional, talvez como resultado da sua marginalização no novo polígono econômico formado pelas regiões sul e sudeste (Diniz, 1995). A tabela I apresenta a evolução dos ratios entre ocupações no secundário e no terciário no período 1991/1995.

Tabela I
Pessoas ocupadas em cada um dos subsetores da economia metropolitana

| Razões | 1981 | 1995 |
|-----------------------------------|------|------|
| Serviços distributivos/Secundário | 0,7 | 112 |
| Serviços produtivos(*)/Secundário | 0,22 | 0,31 |
| Serviços sociais/Secundário | 0,69 | 0,95 |
| Serviços pessoais/Secundário | 0,88 | 1,33 |
| Terciário/Secundário | 2,6 | 3,8 |

Fonte: Funda o IBGE-PNAD's 1981, 1995

Tabula es especiais – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

(*) Inclui os serviços técnico-profissionais e financeiros.

A alta taxa de terciariza o da economia metropolitana do Rio de Janeiro, que alcançou em 1995 o patamar de quase 80% das pessoas ocupadas, decorreu da desindustrializa o que eliminou ocupa es no secundário, especialmente na indústria moderna, e do aumento das ocupa es nos serviços pessoais e no comércio ambulante. Chama a aten o o fato dos serviços produtivos terem mantido a sua importância na estrutura ocupacional, passando de 7,21% para 7,36%, o que sugere a existência de tendência   dualiza o do terciário, com um segmento moderno, que expressaria a nova fun o econ mica da metrópole, e outro tradicional.

A terciariza o   acompanhada pela intensifica o do desassalariamento e da informaliza o da economia. Verifica-se, com efeito, que a taxa de informaliza o⁵ da economia metropolitana era de 26,2% em 1976, passando para 36,6% em 1981 e chegou a 44,5% em 1995.

Em vez do crescimento do desemprego aberto, o mercado de trabalho da metrópole fluminense tem respondido   crise e ao ajuste estrutural por meio de movimentos que passamos a descrever a seguir.

a) a precariza o do trabalho, traduzida pelo aumento dos empregados sem carteira assinada, conforme demonstra a tabela II

Tabela II
Distribui o das pessoas ocupadas, segundo a posi o – 1981/1995

| | 1981 | 1995 |
|-----------------------|-------|-------|
| Carteira assinada | 64,43 | 55,55 |
| Sem carteira assinada | 14,90 | 20,00 |
| Conta-própria | 16,99 | 20,73 |
| Empregadores | 3,68 | 3,72 |

Fonte: Funda o IBGE-PNAD's 1981, 1995

Tabula es especiais – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

A precarização tem sido maior justamente nos setores nos quais as relações capitalistas mais avançaram (indústria, serviços distributivos, serviços produtivos e serviços sociais), o que, certamente, expressa estratégias de ajustamento defensivo por parte das empresas diante da crise do aumento da competição, já que propiciou expressivas perdas salariais (Pero, 1998). Outra evidência da precarização foi o notável aumento do trabalho por conta própria na construção civil, que passa de 28,3% para 46% dos ocupados.

b) transformação de parte expressiva do comércio institucionalizado, da construção civil e dos serviços, e, em menor extensão, da indústria de transformação, em *undergrouding economy*. Os dados de estudo realizado recentemente (Lopes, 1996), sobre a economia informal⁶ da cidade do Rio de Janeiro, apresentam algumas evidências nesta direção: foi constatada a existência de 444.420 empresas informais, das quais 85% se organizam por conta própria, e entre aqueles que são empregados em empresas individuais, apenas 27% possuem carteira de trabalho assinada; parte significativa da economia informal é ilegal, pois existem apenas 156.331 contribuintes registrados no Cadastro de atividades Econômicas e, por outro lado, somente 22% das empresas pesquisadas têm qualquer forma de licença da Prefeitura; as pessoas ocupadas na economia informal representam cerca de 10% da população da cidade; estima-se que o conjunto da economia informal seja responsável por cerca de 15% do PIB da cidade.

A análise da composição dos setores de atividades das empresas revela um certo grau de diferenciação da *undergrouding economy*. Como era de se esperar, os serviços são predominantes (57%), seguidos do comércio (23%), da construção civil (11%) e da indústria (9%). Na decomposição dos serviços, verifica-se, porém, que a prestação de serviços técnicos reúne quase 27% das empresas, os serviços pessoais um pouco mais que 63% e os transportes, os restantes 10%.

Podemos supor que a desindustrialização do Rio de Janeiro não apresenta sinais que indiquem ser o resultado de um novo papel da metrópole na reestruturação produtiva. A crescente terciarização da economia fluminense apresenta sinais regressivos, na medida em que é puxada por duas dinâmicas de informalização. De um lado, o crescimento de um pólo de informalidade integrado às empresas, fruto da estratégia de ajustamento defensivo, que diante das incertezas geradas pela crise adotam uma espécie de *flexibilidade espúria*⁷ pela qual diminuem os custos e socializam os riscos. Este segmento seria composto por uma rede de prestadores de serviços operando por conta própria e de microempresas integrantes da *undergrouding economy*, que fornecem às empresas industriais, comerciais e de serviços trabalho na forma de subempregada e subcontratação. De outro lado, a terciariza-

ção do Rio de Janeiro teria também como origem a expansão de uma espécie de *economia urbana da sobrevivência*, caracterizada pela predominância de um vasto contingente de prestadores de servios pessoais, ambulantes, biscateiros, etc., com baixa qualificao e remunerao.

A questão que fica em aberto   se as tendências de segmentao podem se transformar em ruptura da economia metropolitana em dois circuitos distintos, como propunham autores para a fase anterior do desenvolvimento industrial brasileiro (Quijano, 1968; Santos, 1978), e, atualmente, pelos analistas das *global cities*. Um, primeiro, integrado às empresas, que estariam nos poucos setores que conseguiriam se inserir na nova divisão regional do trabalho gerada com a globalizao e a reestruturao, e alimentado pela demanda por servios pessoais dos segmentos sociais de alta renda presentes neste segmento da estrutura produtiva; o outro denotaria um circuito marginal, onde seriam produzidos bens e prestados servios internamente, formando o que chamamos de *economia urbana de sobrevivência*.

Transformao da estrutura socioespacial: segmentao e polarizao

Vejamos como a desindustrializao regressiva da região metropolitana gerou tendências de transformao da sua estrutura social.   importante ressaltar que esta análise   parcial e limitada, em razão de estarmos obrigados a utilizar os censos demográficos de 1980 e 1991, período curto para observar mudanas na estrutura social e, ao mesmo tempo, compreendendo o momento em que toda a economia brasileira atravessou uma longa crise. Na análise da mutao da estrutura social não podemos, desta forma, isolar de maneira evidente os efeitos específicos da desindustrializao fluminense.

Para compreender esta análise, construímos uma tipologia socioocupacional⁸, usando as variáveis utilizadas pelo IBGE para os temas setor econ mico, ocupao (grupo e posio), renda e escolaridade, com a finalidade de criar uma *proxy* da estrutura social.

A tabela III a seguir apresenta informaoes que sintetizam as principais tendências de transformao da estrutura social na década de 80.

Tabela III
Evolução da estrutura socioocupacional na Região Metropolitana
do Rio de Janeiro – 1980/1991 (% de pessoas ocupadas)

| Categorias | Var. 80/91 | Distrib do cresc. 80/91 | 1980 % | 1991 % | Dif. 80/91 |
|--------------------------|------------|-------------------------|--------|--------|------------|
| Elite dirigente | 22,7 | 2,2 | 1,8 | 1,9 | 0,1 |
| Prof. nível superior | 32,8 | 10,8 | 6,1 | 6,9 | 0,8 |
| Pequena burguesia | 52,1 | 9,3 | 3,3 | 4,3 | 1,0 |
| T.N. manuais nível médio | 13,8 | 21,9 | 29,5 | 28,4 | -1,1 |
| T. comércio e serviços | 22,2 | 33,4 | 28,0 | 28,9 | 0,9 |
| T. indústria | -2,3 | - - - | 16,6 | 13,8 | -2,8 |
| T. sobrevivência | 30,1 | 22,2 | 13,7 | 15,1 | 1,5 |
| Ocup. agrícolas | 5,6 | 0,2 | 0,93 | 0,83 | -0,1 |
| Total | 18,2 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | - - - |

Fonte: Censo de 1991, IBGE. Tabulações especiais. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Observamos cinco movimentos de mutação da estrutura social:

a) crescimento relativo do conjunto das categorias superiores em razão da expansão dos profissionais liberais empregadores em pequenos estabelecimentos de serviços⁹ (médicos, dentistas, engenheiros e advogados) e dos profissionais de nível superior empregados, e, sobretudo, dos autônomos (123%), ao mesmo tempo em que diminuíram os dirigentes do setor privado (-34%);

b) expansão significativa da pequena burguesia urbana e dos trabalhadores da sobrevivência na estrutura social, como consequência do aumento do número de pessoas que se estabelecem como comerciantes por conta própria ou como proprietários de pequenos empreendimentos e biscateiros (17%) e ambulantes (153%), o que denota o crescimento dual da economia informal da região metropolitana. O aumento das ocupações classificadas na categoria de “trabalhadores da sobrevivência” foi responsável por cerca de 22% do total de aumento das pessoas ocupadas, correspondendo a cerca de 120.000 pessoas;

c) ligeira retração do peso das ocupações não-manuais de nível médio em razão da diminuição relativa dos empregos administrativos de rotina na indústria, no comércio e nos serviços (datilógrafas, recepcionistas, etc.). Em termos absolutos, no entanto, foi ainda expressivo o aumento do conjunto dessa categoria, cerca de 120.000 pessoas ocupadas, representando 22% do total da expansão verificada entre 80/91. Nota-se que tal aumento deveu-se à expansão de 38% nas ocupações não-manuais dos serviços de saúde e educação e de 34% dos serviços técnicos e artísticos. As primeiras constituem-se em segmento inferior

das ocupa es não-manuais de nível médio, em que prevaleciam em 1991 o emprego público (mais de 46%), baixa remunera o (um pouco mais de 45% recebiam até 2 salários-mínimos), alta taxa de feminiliza o (82% dos ocupados), trabalhadores jovens (78% com menos de 44 anos) e, inesperadamente, nível médio de escolaridade (apenas 17% tinham instru o inferior ao grau de primário). As ocupa es técnicas e artísticas, por sua vez, podem ser identificadas como pertencentes ao segmento superior do terciário, já que, via de regra, são primordialmente constituídas por serviços prestados a empresas, sendo que em 1991 apenas 26% das pessoas ocupadas recebiam menos que 2 salários-mínimos, e por se tratarem de serviços que exigem qualifica o técnica. As ocupa es relacionadas com as fun es de coordena o, controle e supervisão apresentaram pequena expansão, equivalente   verificada para o conjunto da PEA;

d) aumento das ocupa es no comércio (39%) e nos serviços (17%), sem grande altera o da participa o dessa categoria na estrutura social. Em termos absolutos, foi bastante importante, pois entre 80 e 91 foram criadas 181.000 novas ocupa es, representando 33,4% do total do incremento da região metropolitana, sendo que os serviços concentraram 57% desse aumento;

e) diminui o absoluta dos operários industriais (-2,3%) entre 1980 e 1991, em razão da forte contra o da indústria moderna (-17,8%). A diminui o das ocupa es manuais da indústria somente não foi maior em razão da expansão do contingente dos trabalhadores da constru o civil (5,6%). Como consequência, o peso do operariado na estrutura social diminuiu de quase 3 pontos percentuais.

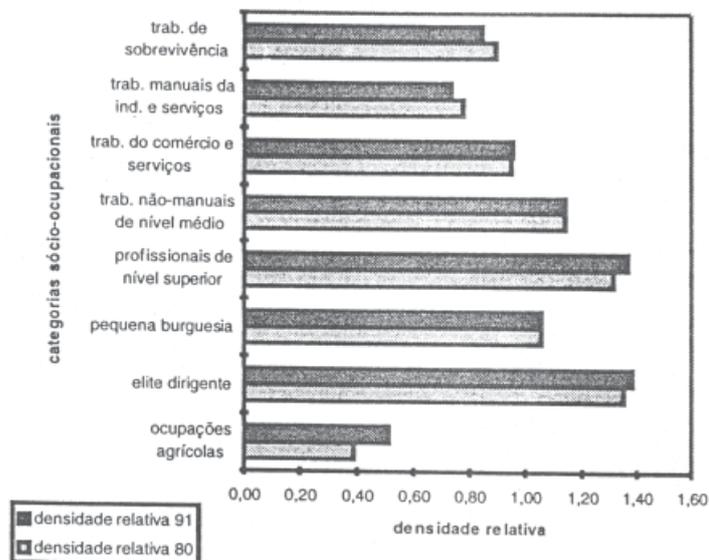
A conclusão principal a que podemos chegar da avalia o das muta es da estrutura socioocupacional entre 1980 e 1991   que a desindustrializa o da região metropolitana do Rio de Janeiro tem gerado tendências dualizadoras da estrutura social, na medida em que ocorreram: (i) manuten o do peso das categorias superiores da estrutura social, com destaque para a diminui o dos dirigentes do setor privado; (ii) a diminui o relativa do conjunto das ocupa es que compõem o segmento da classe média assalariada, ocorrendo, porém, aumento relativo do segmento superior dessa subcategoria; (iii) aumento em termos absolutos da histórica classe média formada pela pequena burguesia urbana; (iv) diminui o relativa e absoluta do operariado industrial, enquanto que o “operariado do terciário desqualificado” apresentou aumento relativo pouco expressivo, mas significativo aumento absoluto. O sentido geral dessas transforma es foi o de *des-complexifica o* e *des-diferencia o* da estrutura social, já que elas cont m tendências   simplifica o das clivagens em torno de opo es *classes superiores-classes populares* ou *ricos-pobres*. Nesse sentido, os efeitos da crise do modelo de desenvolvimento

do Rio de Janeiro estariam próximos aos descritos por uma parte das “teorias da marginalidade” e aos presentes na literatura internacional sobre as *global cities*, sem contudo ter como origem a inserção da economia da metrópole fluminense na globalização.

Qual tem sido a tradução espacial dessas tendências? Será que o movimento de simplificação das clivagens sociais manifesta-se em um espaço metropolitano cada vez mais polarizado? Podemos supor que os movimentos da dualização da estrutura produtiva terão como correlato uma estrutura socioespacial segmentada?

As tendências observadas anteriormente para o conjunto da região metropolitana têm como correlato espacial a segmentação social entre o núcleo e a periferia metropolitana e entre favela e não-favela. O gráfico I evidencia, com efeito, que a cidade do Rio de Janeiro tende a concentrar fortemente as camadas superiores e médias da estrutura social da região metropolitana, enquanto que a periferia tende a concentrar as categorias inferiores.

Gráfico 1
Densidade relativa das categorias socioocupacionais
na cidade do Rio de Janeiro (pessoas ocupadas)



A histórica segmenta o núcleo-periferia existente na metrópole fluminense, já evidenciada em outros trabalhos (Vetter, 1975), aumentou durante a década de 80. Quando analisamos a estrutura social das duas cidades que compõem o núcleo metropolitano, verificamos a existência de evidências de fortes segmenta o e polariza o sociais. A tabela IV mostra as diferenças dos perfis socioocupacional e sociodemográfico existentes entre a popula o moradora nas favelas e nos bairros das duas cidades que integram o núcleo metropolitano e a da Baixada Fluminense,  rea consolidada da periferia.

Tabela IV
Distribui o das categorias socioocupacionais entre as favelas e os bairros das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, e a Baixada Fluminense – Chefes de domicílio – 1991 (%)

| Categorias | Favela Rio | Favela Niterói | Bairro Rio | Bairro Niterói | Baixada Fluminense |
|--------------------------|------------|----------------|------------|----------------|--------------------|
| Elite dirigente | 0,2 | 1,0 | 4,3 | 5,8 | 0,6 |
| Prof. nível superior | 0,6 | 1,1 | 12,6 | 18,0 | 1,7 |
| Pequena burguesia | 3,7 | 2,5 | 6,7 | 6,8 | 4,8 |
| T.N. manuais nível médio | 12,5 | 11,4 | 30,5 | 30,5 | 18,0 |
| T. comércio e serviços | 40,1 | 40,8 | 28,4 | 21,1 | 35,5 |
| T. indústria | 24,7 | 19,4 | 9,3 | 8,2 | 24,2 |
| T. sobrevivência | 17,8 | 23,1 | 7,8 | 8,2 | 14,5 |
| Ocup. agrícolas | 0,4 | 0,8 | 0,5 | 0,3 | 0,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

A segmenta o socioespacial   nítida. As estruturas sociais das favelas localizadas no Rio de Janeiro e em Niterói são pouco diferenciadas, com predomin o das categorias inferiores e fraca presença das categorias m dias e da pequena burguesia. Nota-se, contudo, duas diferenças: nas favelas do Rio de Janeiro existe um contingente relativamente superior de operários, e nas de Niterói, de trabalhadores da sobrevivência, talvez como resultado da forte concentra o espacial da demanda por serviços pessoais resultante da auto-segrega o das camadas superiores. A estrutura social da Baixada Fluminense, por sua vez, apresenta um perfil um pouco mais diferenciado, pois   maior o peso das camadas m dias, da pequena burguesia e das camadas superiores.

A segmenta o social se manifesta também na existência de expressivas diferenças sociais entre esses espaços, como nos demonstra a tabela V. A sua

leitura evidencia, em primeiro lugar, uma nítida hierarquia social formada pela cadeia Bairro → Favela → Baixada Fluminense → Outros Municípios e, em segundo lugar, em oposições sociais objetivadas no espaço físico. Como ilustração, vamos examinar a clivagem favela x bairro.

Tabela V
Relação entre a renda média dos chefes de domicílio residentes nos municípios da RMRJ em 1991

| | Fav/ NFav | Fav/ NFav | FavRio/ Baixada | FavNit/ Baixada | NFavRio/ Baixada | NFavNit/ Baixada | NFavRio/ NFavNit | FavRio/ SGon | FavNit/ SGon | FavRio/ Outros | FavNit/ Outros |
|--|--------------|--------------|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| <i>Por categorias ocupacionais (*)</i> | | | | | | | | | | | |
| Profissionais de niv. méd. | 0,46 | 0,45 | 0,88 | 0,94 | 1,93 | 2,10 | 0,92 | 0,77 | 0,82 | 0,87 | 0,93 |
| Comércio e serviços | 0,56 | 0,50 | 0,85 | 0,73 | 1,51 | 1,46 | 1,03 | 0,82 | 0,70 | 0,94 | 0,80 |
| Trab. manuais da ind. | 0,59 | 0,66 | 0,93 | 0,91 | 1,58 | 1,39 | 1,14 | 0,83 | 0,82 | 1,02 | 1,01 |
| Trab. da sobrevivência | 0,60 | 0,52 | 0,92 | 0,60 | 1,54 | 1,15 | 1,35 | 0,89 | 0,57 | 1,18 | 0,76 |
| Média | 0,29 | 0,23 | 0,80 | 0,72 | 2,78 | 3,15 | 0,88 | 0,70 | 0,63 | 0,89 | 0,80 |
| <i>Por Cor</i> | | | | | | | | | | | |
| 1 - Brancos | 0,25 | 0,23 | 0,73 | 0,72 | 2,91 | 3,17 | 0,92 | 0,65 | 0,65 | 0,79 | 0,78 |
| 2 - Não-brancos | 0,50 | 0,46 | 0,88 | 0,77 | 1,75 | 1,67 | 1,05 | 0,79 | 0,69 | 1,02 | 0,89 |
| Média | 0,29 | 0,23 | 0,80 | 0,72 | 2,78 | 3,14 | 0,88 | 0,70 | 0,63 | 0,89 | 0,80 |
| <i>Por nível educacional (*)</i> | | | | | | | | | | | |
| Nenhuma instrução | 0,81 | 0,67 | 1,09 | 0,73 | 1,34 | 1,08 | 1,24 | 1,11 | 0,74 | 1,34 | 0,89 |
| 1 a 4 anos de estudo | 0,63 | 0,68 | 0,89 | 0,83 | 1,41 | 1,21 | 1,16 | 0,84 | 0,78 | 1,01 | 0,94 |
| 5 a 8 anos de estudo | 0,58 | 0,50 | 0,88 | 0,72 | 1,52 | 1,45 | 1,05 | 0,82 | 0,67 | 0,89 | 0,72 |
| 9 a 11 anos de estudo | 0,49 | 0,46 | 0,83 | 0,87 | 1,69 | 1,92 | 0,88 | 0,76 | 0,80 | 0,82 | 0,86 |
| Média | 0,29 | 0,23 | 0,80 | 0,72 | 2,78 | 3,15 | 0,88 | 0,70 | 0,63 | 0,89 | 0,80 |
| <i>Por faixa etária</i> | | | | | | | | | | | |
| 15 a 24 anos | 0,61 | 0,57 | 0,95 | 0,86 | 1,55 | 1,49 | 1,04 | 0,77 | 0,70 | 1,07 | 0,96 |
| 25 a 44 anos | 0,33 | 0,27 | 0,81 | 0,74 | 2,46 | 2,73 | 0,90 | 0,72 | 0,66 | 0,92 | 0,84 |
| 45 a 64 anos | 0,24 | 0,18 | 0,77 | 0,69 | 3,17 | 3,81 | 0,83 | 0,67 | 0,60 | 0,81 | 0,72 |
| mais de 65 anos | 0,15 | 0,09 | 0,69 | 0,40 | 4,65 | 4,55 | 1,02 | 0,53 | 0,31 | 0,61 | 0,35 |
| Média | 0,29 | 0,23 | 0,80 | 0,72 | 2,78 | 3,15 | 0,88 | 0,70 | 0,63 | 0,89 | 0,80 |
| <i>Por sexo</i> | | | | | | | | | | | |
| 1 - Homem | 0,29 | 0,24 | 0,81 | 0,78 | 2,78 | 3,23 | 0,86 | 0,70 | 0,68 | 0,91 | 0,88 |
| 2 - Mulher | 0,27 | 0,21 | 0,85 | 0,66 | 3,11 | 3,14 | 0,99 | 0,82 | 0,64 | 1,00 | 0,78 |
| Média | 0,29 | 0,23 | 0,80 | 0,72 | 2,78 | 3,15 | 0,88 | 0,70 | 0,63 | 0,89 | 0,80 |

Fonte: Censo Demográfico, 1991. FIBGE. Tabulações especiais do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Fav-Favela; NFV-Não favela; FavRio-Favela do Rio de Janeiro; NFavRio-Não favela do Rio; FavNit-Favela de Niterói; Baixada-Municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nilópolis; SGon-Município de São Gonçalo; Outros-municípios de Itaboraí, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá e Paracambi.

(*) Mantivemos apenas as categorias socioocupacionais que apresentavam expressivos percentuais de frequência.

No Rio de Janeiro e em Niterói, um chefe de domicílio morador em favela ganha entre 20% a 30% do chefe morador em bairro. Essas distâncias diminuem na medida em que a comparação é feita entre os estratos mais baixos da hierarquia social, mas ainda assim permanecem expressivas. Assim, por exemplo, os chefes

que exercem ocupações classificadas na categoria de trabalhadores da sobrevivência (biscateiros, trabalhadores braçais, ambulantes e domésticos) e são moradores nas favelas do Rio, ganham 40% a menos que os chefes com ocupação similar e moradores nos bairros, o mesmo sucedendo com os chefes com baixa escolaridade. Chama atenção o fato da diferença nessa categoria ser maior em Niterói. No que concerne os níveis educacionais, as distâncias são ainda maiores e crescem quando aumenta a escolaridade da população moradora em favela, de tal maneira que um morador em favela necessita ter mais que 11 anos de escolaridade para alcançar a renda de um morador do bairro que tem de 5 a 8 anos de estudos. As distâncias também permanecem elevadas quando examinamos grupos com as mesmas características demográficas de cor, sexo e idade, diminuindo quando comparamos as rendas de chefes brancos e jovens.

Em síntese, constatamos que as distâncias favela x bairro são enormes e não explicáveis por diferenças oriundas de posições ocupacionais, qualificação ou características sociodemográficas. Trata-se de uma clivagem social que não pode ser explicada como simples tradução espacial das desigualdades de renda geradas no mercado de trabalho pelos conhecidos mecanismos de diferenciação, segmentação ou discriminação salarial¹⁰.

  guisa de conclusão: fragmentação social e governabilidade metropolitana

A análise que empreendemos sobre as mudanças econ micas e socioespaciais da metrópole do Rio de Janeiro indica que a globalização pode reforçar as tendências de dualização e fragmentação já presentes no quadro da desindustrialização regressiva. Ao estudarmos¹¹ o tecido associativo constatamos, com efeito, a existência de dois padrões nitidamente diferenciados em termos da capacidade de organização e mobilização. Os moradores empobrecidos das favelas cariocas e da periferia metropolitana estão presentes mais freqüentemente nas associações comunitárias de base residencial e religiosa, ao mesmo tempo em que apresentam baixa participação nos sindicatos, associações profissionais e nos partidos políticos. Em contraposição, os moradores das áreas centrais estão mais organizados em torno dos sindicatos, associações profissionais e partidos políticos. O associativismo na metrópole fluminense está, assim, segmentado em um *padrão corporativo* e outro *comunitário-religioso*: o primeiro organizado a partir do mundo do trabalho e da política e o outro, do difuso mundo popular.

O outro lado dessa fragmentação social é constituído pela crescente fragmentação simbólica, produzida por um variado e ainda multiforme conjunto de representações sociais do espaço metropolitano que cria rupturas sociais entre territórios, que malgrado as diferenças sociais e distâncias físicas, constituíam um espaço social marcado pela alteridade. No antigo modelo de segregação socioespacial, as favelas eram unidades territoriais de identidade, fundadas na homogeneidade social, já que abrigavam um grande contingente de operários assalariados, na proximidade física dos seus habitantes com o mercado de trabalho¹² e na tolerância pacífica entre as classes. Eram múltiplas as relações entre favelas e bairros, desde as constituídas pelo mercado de serviços pessoais, passando por aspectos da vida cultural e chegando à política. A periferia metropolitana, por sua vez, começa a ser ocupada no decênio 40/50, atraindo os segmentos dos assalariados que conseguem empregos com estabilidade e melhor remuneração, portanto reunindo as condições necessárias para se endividarem na compra do lote e para empreender a autoconstrução. Favelas e periferia nesse momento histórico do Rio de Janeiro era, portanto, unidades territoriais com relevante papel na construção de identidades coletivas, fossem elas operárias ou populares¹³. No novo modelo de segregação socioespacial, favelas e periferia são marcadas pela retração do antigo tecido associativo e pela expansão de formas criminosas e perversas de sociabilidade. Tal mudança reforça a disseminação da cultura do medo¹⁴, que reconstrói os significados sociais, culturais e políticos desses espaços: deixam de ser territórios de coagulação de valores e signos positivos, referências de identidades coletivas, e passam crescentemente ao papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca enunciá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana.

O resultado tende a ser a dessolidarização entre as classes superiores e inferiores com relação aos destinos do conjunto da metrópole. A prevalecerem as tendências anteriormente expostas, a metrópole fluminense poderá ser marcada pela coexistência de duas dinâmicas sociais e políticas, que fragmentam os “de baixo” e unificam os “de cima”, ao mesmo tempo em que os dissociam em tempos e territórios diferenciados e diferenciadores, balcanizando o espaço social da metrópole.

Na observação da vida quotidiana dos habitantes do Rio de Janeiro já quase passam como desapercibidas cenas de expressivas práticas separatistas. Aparatos imobiliários, regras institucionais e valores culturais separam crescentemente a população em “shopping-centers”, “camelódromos”, “condomínios fechados”, “favelas”, “bairros”, “baixadas”, etc. Categorias espaciais servem cada vez mais à

constru o de uma linguagem que, classificando e estigmatizando os grupos sociais, produz um efeito naturalizador das diferenças e das práticas discriminatórias de apropria o dos territórios da metrópole. Metáforas freqüentes no discurso público sobre a cidade e seus problemas reproduzem ativamente o desenvolvimento dessa linguagem separatista, especialmente quando a imprensa discute o “risco da violência”¹⁵ e “risco da chuva”.

Já não causa espanto ao cidadão-consumidor-moderno-internacionalizado que circulaem seu restrito território ter que se identificar a seguranças postadas nas entradas das “ruas-fechadas” que protegem dos “males da cidade” os enclaves sociais das elites.

Quais serão as conseq ncias dessas muta es sociais sobre a governabilidade democrática da metrópole, entendida esta como a capacidade das forças políticas locais de construir e dirigir um modelo de desenvolvimento orientado por valores e objetivos de integra o, justiça e solidariedade? Tal questão torna-se ainda mais pertinente se considerarmos que, aos efeitos desestruturadores do sistema de a o histórica da metrópole produzidos pela fragmenta o social e simbólica, somam-se aqueles provenientes da fragmenta o institucional decorrentes da descentraliza o político-administrativa e seus efeitos específicos sobre a gestão metropolitana.

Que rumo tomar  a metrópole fluminense nestes tempos em que as novas formas de produzir e consumir transformam o direito ao trabalho em privilégio e atomizam a vida social, enquanto que a globaliza o da economia exclui do desenvolvimento territórios e cidades e o oligopólio mundial, sustentado pela hegemonia política e bélica dos Estados Unidos, impõe aos países periféricos do capitalismo reformas políticas e institucionais que, crescentemente, diminuem a capacidade nacional e local de controle da sua historicidade?

Luiz César de Queiroz Ribeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR.

Notas

- 1 Controvérsia que tem raízes profundas no pensamento social brasileiro. Como do conhecimento de todos, é antiga a dúvida sobre as reais possibilidades históricas de a sociedade brasileira cumprir uma trajetória similar à dos países industrializados, diante de tendências fragmentadoras. Podemos localizar a sua origem no chamado *pensamento social autoritário* da Primeira República, do qual participam as obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, entre outros. Segundo Sader e Paoli (1986), esses autores formularam um diagnóstico comum sobre a existência de imperativos históricos ligados às desigualdades sociais, impeditivos da constituição de identidades coletivas, de capacidade de ação e aptidão para a coletivização e, assim, da transformação do povo em ator histórico.
- 2 "... o desenvolvimento nos países que mais se industrializaram na América Latina, produziu, sem dúvida, mudanças na estrutura ocupacional e, por conseguinte, nas formas de estratificação social, não teve como resultado o deslocamento dos grupos altos tradicionais em benefício de uma "sociedade aberta de classes". Tampouco permitiu o outro extremo, quer dizer, que se mantivessem inalteráveis as antigas formas de estratificação e controle social: os novos grupos sociais se não deslocaram os antigos para ocupar suas posições, constituíram-se com um dinamismo ascendente suficientemente importante para permitir que alguns dos novos segmentos alcançassem os níveis altos do sistema de estratificação e, em todo o caso, para alentar em quase todos os níveis das populações urbanas a esperança de ascensão". (Cardoso e Reyna, 1967, p. 28)
- 3 "A interpretação sugerida acentua, portanto, que no processo de reorganização social das referidas sociedades, produz-se um sistema de alianças entre os setores dominantes das sociedades pré-industriais com os novos estratos altos que a industrialização constitui. Por outro lado, fragmentam-se os estratos baixos em dois grupos distintos: os que se incorporam ao sistema econômico em expansão e os que ficam na periferia" (Idem, p. 5).
- 4 "Todas estas transformações confirmam que, nos últimos 30 anos, a estrutura ocupacional brasileira tornou-se significativamente mais complexa, moderna e diferenciada, além de marcada por altas taxas de mobilidade tanto social quanto espacial. Perfilou-se uma estrutura de grupos e classes sociais ancorada numa economia de mercado integrada nacionalmente, em função do aprofundamento e da ampliação das relações capitalistas de produção tanto no campo quanto na cidade" (Faria, 1986, p. 99).
- 5 Tomando como indicador de informalização a proporção de pessoas ocupadas identificadas nas PNAD's na condição de empregados sem carteira de trabalho assinada ou de funcionários públicos estatutários.
- 6 O estudo definiu como economia informal as atividades econômicas de propriedade de trabalhadores e de empregadores com até cinco empregados.
- 7 Esta noção foi também empregada por Prochnik (1993) na análise das transformações tecnológicas e organizacionais em curso na indústria de calçados.
- 8 Os princípios básicos da classificação foram de: A) identificar estratos ou classes ocupacionais *homogêneos*; b) hierarquicamente *diferenciados*; c) segundo a posição e a situação sociais. A posição social foi definida considerando o lugar ocupado por cada ocupação na estrutura de comando, controle e execução da produção e circulação da riqueza. A situação social de cada ocupação foi definida a partir das condições que determinam a sua inserção no mercado de trabalho. A combinação da posição social

com situação social determina o lugar ocupado por cada indivíduo na estrutura de distribuic o da riqueza e de poder.

Na posição social, as ocupações foram classificadas segundo algumas dicotomias presentes na estrutura produtiva:

- a) *setor agrícola X setor urbano-industrial*, distinção importante em razão das conhecidas distinções entre campo e cidade na sociedade brasileira;
- b) *trabalho manual X trabalho não-manual*, dicotomia que objetiva agrupar os trabalhadores segundo a sua posição em relação ao eixo comando/controle e execução dos processos de produção, circulação e gestão dos processos econ micos;
- c) *empregador X empregado*, distinção importante cuja importância se explica por si mesma
- d) *secundário X terciário*, dicotomia que permite analisar os efeitos da desindustrialização em curso na região metropolitana sobre a estrutura social;
- e) *setor industrial moderno X setor industrial tradicional*, dicotomia adotada com o objetivo de agrupar setores industriais que se diferenciam nitidamente no Brasil em termos de situações de mercado (oligopólio X competitividade), de proteção social e qualificação do trabalho utilizado;
- f) *função técnica X função administrativa*, que separa entre os trabalhadores não-manuais aqueles que exercem ocupações superiores e m dias na hierarquia de autoridade, daqueles que ocupam posições de execução;

Na situação social, as ocupações foram classificadas segundo outras dicotomias:

- a) *trabalho assalariado X trabalho aut nomo*, dicotomia que deve revelar as diferenças em termos de relação de trabalho que historicamente caracterizam o nosso desenvolvimento e que, certamente, devem estar sendo requalificadas em razão das transformações econ micas por que passa o Brasil;
 - b) *trabalho regular X trabalho eventual*, dualidade que objetiva considerar a clássica situação dos biscateiros na avaliação da estrutura social, uma vez que aqueles que vivem do trabalho eventual exerceriam ocupações marginais do mercado de trabalho e cujo contingente tenderia a aumentar como conseqüência das mudanças econ micas trazidas pela crise e pela reestruturação produtiva;
 - c) *trabalho doméstico X trabalho não-doméstico*, distinção que envolve níveis de remuneração, relações de trabalho (pessoais ou formais) e localização no espaço urbano (residência e trabalho);
 - d) *comércio estabelecido e comércio ambulante*.
- 9 Segundo a nossa análise dos resultados do censo de 1991, 20% desses profissionais eram proprietários de estabelecimentos que tinham de 1 a 2 empregados, 66,5% trabalham sozinhos e 9% com sócio ou ajudante não-remunerado.
 - 10 Sobre as características e funcionamento desses mecanismos do mercado de trabalho brasileiro na produção das desigualdades sociais no Brasil pode-se consultar os inúmeros resultados de pesquisa de Paes e Barros e Mendonça. V. Paes e Barros e Mendonça (1996).
 - 11 Estudamos o fen meno do associativismo no estado do Rio de Janeiro por um levantamento no qual mapeamos as organizações existentes nos campos comunitário-residencial, sindical, ONG's, assistencial-filantrópico, religioso, desportivo-lazer e cooperativado. Os padrões de participação foram identificados com base na análise fatorial de indicadores extraídos do suplemento da PNAD de 1988. Ver Ribeiro e Santos Júnior (1996).

- 12 Vejamos alguns dados. O Censo de 1948 das favelas revelou que 138 mil pessoas moravam em favelas na cidade do Rio de Janeiro, sendo assim distribuídas:
- 43% moravam em favelas localizadas na zona suburbana e 21% na área central;
 - a grande maioria tinha empregos no setor de serviços domésticos – 20% – e na construção civil – 20%

Quando tomamos as favelas localizadas na zona suburbana, a composição era predominante de trabalhadores das indústrias que tinham se transferido do centro da cidade. De qualquer maneira, a classe trabalhadora industrial representava no conjunto das favelas cerca de 40% e, se somarmos os trabalhadores da construção civil, esse contingente deveria atingir cerca de 60%. Portanto, mesmo comportando diferenças internas, as favelas não eram o lugar da habitação dos trabalhadores da sobrevivência. A proximidade física e social permitia a existência de uma série de mecanismos de circulação da renda, principalmente por um conjunto diversificado de serviços pessoais. Cerca de 70% dos moradores em favelas localizadas no centro da cidade e na zona norte trabalhavam na mesma área de localização da favela. (Abreu, 1987, p. 107).

- 13 As associações de moradores das favelas surgem e se desenvolvem como resposta às políticas de remoção, velho sonho das elites cariocas. Assim, já no final dos anos 50, surge a Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro – Faferj. Já as associações de moradores surgem concomitantemente com os primeiros loteamentos periféricos, com o objetivo de pressionar os governos locais por melhorias urbanas.
- 14 Os resultados de recente pesquisa (Soares, 1995) realizada sobre a criminalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro – homicídio doloso e roubo seguido de morte – surpreendem, porém, este senso comum em construção pela mídia e por certos meios intelectuais. De fato, não há uma distribuição democrática da violência, de forma que a cada cidadão caberia uma razão idêntica de medo e risco. Há, ao contrário, uma distribuição social da violência, de tal forma que coloca em situação de risco a população de 18 a 24 anos, de cor preta e com pouca instrução. A população branca, com idade acima dos trinta e cinco anos, renda elevada, alto nível de instrução e moradora das áreas mais centrais da cidade corre menor risco de ser vítima de crime violento do que a população jovem, negra e parda, com baixa renda, baixa instrução e moradora das áreas periféricas da cidade. Há cidades diferentes em matéria de violência.
- 15 Sandra Cavalcanti publicou no *Jornal do Brasil* de 4 de novembro de 1996 artigo intitulado “Por Trás das Balas” no qual retoma a tese da remoção das favelas como estratégia para o controle da violência. Utilizando a imagem da favela como território controlado pelo crime organizado, propõe uma ação do poder público fundada na intervenção bélica e, posteriormente, na retirada da população moradora da favela.

“A única solução que existe para se recuperar um território que está em poder do inimigo é iniciar uma ação bélica. Trata-se de pôr em prática uma tática de guerra, com a ocupação, ostensiva e poderosa, de todo o território a ser conquistado.

Ocupada militarmente a área reconquistada, os moradores devem ser ajudados a sair dali, pois o território reconquistado vai ser liberado da presença do crime. Vai ser reflorestado, se for o caso, Ou vai servir para uma escola, para um posto de saúde ou para uma delegacia. Enfim, vai ter uma destinação pública e social...

...

Ao reassentar os moradores em suas novas residências, o poder público deve cuidar para que eles possam ter, daí em diante, a mesma qualidade de vida de qualquer cidadão carioca, livre de quadrilhas e de chefes de gangues.”

Referências bibliográficas

- ABREU, (1987). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARDOSO, F. H. e REYNA, (1967). Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina. Rio de Janeiro, *Revista Dados*, n. 2/3, 1967
- CASTEL, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris, Hachete.
- CASTELLS, M. (1989). *The informational city. Information Technology, economic, restructuring and urban-regional process*. Oxford, Basil Blackwell.
- COUTINHO, L. (1995). "O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica". In: GONÇALVES, M. F. *O novo Brasil urbano. Impasses/dilemas/perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- CORAGGIO, J. L. (1991). *Ciudades sin rumbo. Investigación urbana y projecto popular*. Quito, Ciudad-SIAP.
- DINIZ, C. C. (1994). Polygonized development in Brazil: neither decentralization nor continued polarization. *Regional and Urban International Journal*. Londres.
- _____ (1995). "A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas", Brasília, IPEA, Textos para discussão, n. 375.
- BRANDÃO LOPES, J. R. (1964). *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.
- _____ (1972). *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial*. 2ed. São Paulo, Editora Nacional.
- BRUNET, J. P. (1979). *Saint-Denis, la ville rouge*. Paris, Fayard.
- FAINSTEIN, S., GORDON e HARLOE, M. (1992). *Divided cities*. Oxford e Cambridge, Blackwell.
- FARIA, V. (1992). A conjuntura social no Brasil, *Novos Estudos Cebrap*, 33.
- _____ (1986). "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações". In: Bacha, E. e Klein, H. S. *A transição incompleta. Brasil desde 1945*. São Paulo, Paz e Terra.
- FIORI, J. L. (1995). *Em busca do dissenso perdido. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight Editorial.
- FOURCAUT, A. (1986). *Bobigny, banlieu rouge*. Paris, Editions Ouvri res.
- HAMNET (1995). Les changements socio-economiques a Londres: croissance des categories t rcieres qualifi es ou proletarianisation. *Revue Société Contemporaine*, n. 22-23, jun/set, pp. 15-32.
- KATZNELSON, I. (1981). *City trenches, urban politics and the patterning of class in United States*. New York, Pantheon Books.
- LOPES, R. (1996). *a economia informal no Rio de Janeiro: problema ou solução*. Rio de Janeiro, Mauad.

- MARCUSE, P. (1989). Dual City: a muddy metaphor for a quartered city. *International Journal of Urban e Regional Research*. 13, pp. 697-908.
- MOLLENKOPFF, J. e CASTELLS, M. (1992). *Dual city*. New York, The Russel Foundation.
- PAES E BARROS, R. e MENDONÇA, R. (1996). *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Texto do seminário "Pobreza e Desigualdade no Brasil", IPEA.
- PASTORE, J. (1979). *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo. Edusp.
- PERO, V. (1998). *O papel dos segmentos informais na geração de trabalho e renda no Rio de Janeiro, 1981-1995* (mimeo). Rio de Janeiro.
- PRETECEILLE, E. (1988). *Mutations urbaines et politiques locales*, v. 1, Paris, Centre de Sociologie Urbaine.
- _____ (1994). "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1993). *Mutations urbaines et politiques locales*. v. 2, Paris, Centre de Sociologie Urbaine.
- _____ (1996). "Segregation, classes et politique das la grande ville", texto apresentado no seminário "Les Villes en Europa". Observatoire du Chagement Social en Europa Occidental, Poitiers.
- PROCHNIK, V. (1993). "Flexibilidade espúria: modernização técnica com desigualdade social na indústria brasileira de calçados", Anais do IXX Encontro Nacional de Economia, v. 3, Curitiba.
- QUIJANO OBREGON, Anibal (1968). Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamerica. *Revista Mexicana de Sociología*. v. XXX (3), jul-set.
- RIBEIRO, L. C. Q. (1996). Rio de Janeiro: exemplo de metrópole fragmentada e sem rumo?, *Novos Estudos Cebrap*, 45.
- _____ et alii (1996). *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - Ippur/Fase.
- _____ (1995). "A (in)governabilidade da cidade? Avanços e desafios da reforma urbana". In: VALLADARES, L. e COELHO, M. P. (orgs.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1995). Impactos metropolitanos do ajuste e da estabilização: o caso do Rio de Janeiro. Convênio Finep/BID – Plano de Ação Social.
- _____ e SANTOS JUNIOR (1996). *Associativismo e participação social. Tendências da organização popular no Rio de Janeiro*. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.
- SADER, E. e PAOLI, M. C. (1986). "Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. Notas de leitura sobre acontecimentos recentes". In: cardoso, R. (org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. São Paulo, Paz e Terra.

- SANTOS, M. (1978). *O espao dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- SASSEN, S. (1991). *The Global City*. Princenton, Princenton University Press.
- SMOLKA, M. (1992). "Mobilidade dos imóveis e segregac o residencial na cidade do Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (orgs.). *Acumulao urbana e a cidade*.
- SOARES, L. Eduardo (1995). *Violência policial no Rio de Janeiro*. Relume-Dumará.
- STOPER, M. (1994). "Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento". In: Ribeiro, L. C. Q. e Santos Junior. O. A.
- SULAMIS, D. (1990). "Rio de todas as crises", Série Estudos, número 80, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
- VELTZ, P. (1996). *Mondialisation, villes et territoires. L' conomie d'archipel*. paris, PUF.
- VETTER, D. (1975). *The distribution of monetary and real income in Grande Rio's metropolitan system*. Los Angeles, University of California.
- WILSON, W. J. (1987). *The truly disadvantaged. The inner city, the underclass and public policy*. Chicago, The University of Chicago.